

# Mercadores de obrigações: troca de valores, crédito e reciprocidade na feira da 25 de Setembro em Belém/Pa<sup>1</sup>

José Maria Ferreira Costa Júnior – UFPA-PPGSA/Brasil

## I. Introdução

As feiras livres urbanas estão presentes no cenário local desde a fundação de Belém, no Século XVII, como Medeiros (2010) demonstrou ao relacionar a ocupação e configuração de seu território à formação desses espaços de trabalho e circulação de mercadorias. Informações da Secretaria Municipal de Economia de Belém (SECON) de 2010, apontam o funcionamento legalizado de trinta e quatro feiras na cidade, com 4.984 permissionários<sup>2</sup>, indicando a importância contemporânea dessa instituição para a cidade, não apenas como lugares de compra e venda de bens de primeira necessidade ou produtos regionais, mas também, como ambientes de intensas relações sociais de aprendizado, formação profissional, reciprocidade, poder, alianças, conflitos, parentesco e amizades, produtoras de identidades, alteridades e sociabilidades particulares (RODRIGUES, et ali. 2014).

Nas últimas décadas, as pesquisas e publicações sobre feiras livres urbanas vêm ganhando espaço no campo das ciências sociais no Pará<sup>3</sup>, com abordagens que privilegiam os processos de formação identitária, simbolismos, rituais, linguagens, produção de sociabilidades e as diferentes práticas sociais. É nesse contexto que esta breve comunicação tem lugar, resultante da pesquisa que desenvolvido no âmbito institucional do curso de Mestrado em Sociologia e Antropologia do PPGSA/UFPA.

Meu trabalho se dirige para compreensão das formas específicas de circulação de produtos regionais (farinha de mandioca, pirarucu e piracuí) na feira da 25 de Setembro, relacionando-as com a necessidade de constituição dos sentidos (paladar) de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 3 e 6 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

<sup>2</sup> Permissionário é a classificação com a qual a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) designa os indivíduos que recebem, após a submissão a um processo administrativo e cadastro de informações junto ao regulador econômico municipal, SECON, a autorização para explorar comercialmente de um a três equipamentos nas feiras e mercados administrados pelo poder público municipal, conforme Decreto Municipal Nº 26580/1994.

<sup>3</sup> As pesquisas “Ver-o-Peso, o cheiro, o gosto, a cor e o som: o mercado de Belém em sentidos e misturas”, realizada entre 2007 e 2008 sob a coordenação da professora Dr<sup>a</sup>. Wilma M. Leitão (FCS/UFPA), “Mercados Populares em Belém: sociabilidades, práticas e identidades ribeirinhas em espaço urbano”, realizada entre 2009 e 20011, e “Mercados interculturais: linguagens, práticas e identidades em contexto Amazônico”, iniciada em 2013, sob a coordenação da professora Dr<sup>a</sup>. Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA) atestam o quanto esse fenômeno passou a ser problematizado e estudado nas Ciências Sociais no Pará no início deste Século.

seus mercadores. Nessa direção, procuro argumentar que esses atores sociais, mais do que meros comerciantes, são influenciadores dos paladares na cidade.

O principal recurso metodológico é a observação participante, que realizo desde o mês de fevereiro nessa feira nos setores de farinha (fevereiro) e mercearia (de março, abril e junho), além da revisão da literatura produzida sobre feiras livres e mercados populares na Amazônia, teoria e metodologia antropológica, relações entre práticas sociais e formas econômicas regionais, dádivas, obrigações, crédito e dívidas.

A origem deste trabalho reside no interesse de compreender uma forma, aparente, de obrigação decorrente de uma relação particular entre feirantes e consumidores que tem lugar em feiras livres urbanas da Amazônia, possivelmente consequência da comercialização de mercadorias em um regime de crédito não oficial<sup>4</sup> que, inicialmente, acreditava ser denominado como fiado. Leach (2002) argumenta que as obrigações recíprocas entre pessoas configuram, como modelo explicativo, uma relação que decorre da troca de dádivas, ou seja, do reconhecimento de algum tipo de dívida, nem sempre monetária, entre atores sociais de um sistema. Essa compreensão de obrigação, de inspiração maussiana<sup>5</sup>, tratada como elemento de coesão social e reconhecimento de direitos e deveres em uma relação pessoa-pessoa me pareceu um bom pretexto para iniciar uma investigação sobre as formas de trocas nas feiras paraenses, considerando digno de interesse saber se pequenas gentilezas cotidianas como vender fiado a freguês antigo ou frequente, aumentar um pouco a quantidade da mercadoria entregue ao comprador usual, separar mercadoria de melhor qualidade para determinados consumidores, são apenas estratégias comerciais ou se estaria diante de um tipo-forma de dádiva que estaria ligada às estruturas de relações próprias desses espaços nesta Região.

Comecei a delinear uma forma para essa curiosidade durante o levantamento de dados quantitativos da pesquisa “Mercados Interculturais: Práticas, Linguagens e Identidades em Contexto Amazônico”, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Carmem Izabel

---

<sup>4</sup> O estado brasileiro estabeleceu o Conselho Monetário Nacional (CMN), através do item VI do § 2º da Lei 4595/1964, como ordenador oficial de todas as modalidades de crédito, bem como de todas as operações creditícias realizadas no País. Dessa forma, as práticas e mecanismos do adiantamento de valores não submetidos ao arcabouço jurídico-institucional do Banco Central do Brasil foram lançadas na informalidade (fiado, aviamento, entre outros) e ilegalidade (agiotagem).

<sup>5</sup> As características identificadas por Mauss (2003) acerca das trocas de dádivas entre povos da melanésia e polinésia indicam que as prestações, de aparência, voluntária oferecidas e retribuídas ritualmente produziam e atualizavam um conjunto de obrigações recíprocas entre os atores sociais envolvidos nessa forma de circulação de bens.

Rodrigues no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>6</sup>, ocorrido a partir do segundo semestre de 2014.

Há uma produção sistemática de pesquisas sobre mercados populares e feiras livres no âmbito das ciências sociais no Pará. Dão prova disso os livros organizados por Leitão (2010, 2015) e Rodrigues, et. ali (2014), que reúnem uma parte desses trabalhos<sup>7</sup> que abordam desde os aspectos simbólicos, religiosos, históricos, patrimoniais, arquitetônicos, até sociológico, econômicos e gastronômicos de algumas daquelas praças de comércio. É importante considerar que além dos trabalhos publicados há uma variedade de trabalhos inéditos resultantes de pesquisas de pós-graduação responsáveis por ampliar o conhecimento dessa realidade no Estado.

Dessa forma, ao propor uma nova pesquisa nesse campo foi necessário identificar onde era possível avançar a partir do que já fora produzido. Assim, identifiquei que entre os temas estudados ainda havia espaço para um trabalho sobre crédito e circulação de mercadorias de origem regional na feira da 25 de Setembro em Belém, considerando os poucos trabalhos realizados, até então, sobre essa feira<sup>8</sup> que, de acordo com dados de 2010 da SECON, é a quinta em densidade de permissionários (321) na capital, passou por uma reforma que promoveu alterações em seu espaço físico entre 2003 e 2007 e está em atividade a aproximadamente 50 anos, de acordo com um interlocutor que indica o início daquela feira no ano de 1966. Além da possibilidade de tratar o problema das relações de crédito na feira em primeiro plano buscando compreender e descrever suas características culturais, sociais e econômicas.

A discussão das formas de crédito informal em mercados populares tem lugar na etnografia dos fluxos de comercialização, circulação e consumo do açaí no bairro do Jurunas em Belém/Pa realizada por Borges (2013), onde foi observada a *forra*, categoria nativa usada para descrever uma prática de solidariedade presente na comercialização do açaí entre maquinheiros e apanhadores no Porto do Açaí. A *forra* envolve preocupação, reconhecimento e apoio mútuo entre os agentes desse comércio, evidenciando que suas

---

<sup>6</sup> Projeto iniciado em outubro de 2013 com previsão de encerramento em outubro de 2016. Entre os meses de setembro de 2014 e maio de 2015 realizou um *survey* nas cinco feiras de maior densidade de permissionários em Belém, de acordo com informações da (SECON) (2010). Foram aplicados 321 questionários distribuídos em uma amostra de, aproximadamente 10% dos permissionários, nos seguintes mercados, Ver-o-Peso, Jurunas, Guamá, São Brás e 25 de Setembro.

<sup>7</sup> Essas publicações resultaram de dois projetos de pesquisas levados a cabo na FCS/UFPA, mencionados anteriormente.

<sup>8</sup> Até o momento em que apresento este projeto sobre a feira da 25 de Setembro, havia trabalho de Sousa e Rodrigues (2014) que discute as sociabilidades, práticas e identidades nessa feira.

relações se estendem para além da troca econômica imediata, mas depende de valores baseados em laços de amizade, reciprocidade e solidariedade.

Em outro trabalho ambientado, também, no Complexo de Abastecimento do Jurunas, Wilm (2014) apontou para a existência de um regime de crédito com regras particulares de funcionamento na circulação de bens e pessoas no comércio jurunense. Os débitos dos fregueses que não conseguem pagar imediatamente aquilo que precisam comprar compõem o “caderninho” dos feirantes e se estabelece entre esses sujeitos uma relação de reconhecimento e confiança que quando é frustrada impõe ao mal pagador à exposição pública de sua inadimplência.

Nos dois trabalhos mencionados a dimensão econômica, expressa pelo adiantamento de mercadoria, é tratada como reguladora social da circulação dos bens em seus respectivos mercados, porém, seus autores não intentaram abordar as possíveis relações entre a forma de comercialização e o objeto vendido.

Nesse sentido, estudar as formas de circulação de produtos regionais na feira da 25 de Setembro, com a preocupação de compreender como as trocas de valores são organizadas com base em relações sociais e nas características dos objetos comercializados, pode ampliar a nossa compreensão antropológica das transações econômicas em feiras livres urbanas, das relações entre seres humanos e objetos, além de permitir ampliar visibilidade da feira da 25 de Setembro no contexto das pesquisas acadêmicas.

Dessa forma, para seguir construindo o argumento da pesquisa foi necessário me aproximar de alguma compreensão do que pode ser compreendido como dádiva. Ao procurar seu sentido nativo verifiquei que no francês o vocábulo *don* apresenta as seguintes definições:

*Don* [n.m] 1. Action d'abandonner gratuitement (→ donner) à qqn la propriété ou la jouissance de qqch. 2. Ce qu'on abandonne à qqn sans rien recevoir de lui en retour. → cadeau, donation, présent. (REY, 2006; p. 407)

Dessa forma, ao utilizar essa expressão Mauss abarcava na ideia de *dádiva* a ação do sujeito e o objeto doado. Minhas primeiras leituras encontraram uma certa ênfase do autor se dirigindo às relações sociais e obrigações decorrentes das trocas rituais de presentes. Todavia, consistia em grave heresia supor qualquer ideia de uma autonomia do objeto trocado, mesmo diante da descrição do *hau* Maori, o espírito da coisa dada e veículo do *Mana* (e por extensão de poder e prestígio), elemento que impede a interrupção de sua circulação ritual. Dessa forma, dádiva seria antes a ação, aparentemente

desinteressada, de oferecer um regalo a um ator social específico para produção de um vínculo recíproco que se objetiva na retribuição do presente. Dádivas são geradores de dívidas sempre renováveis. Essa, evidentemente, limitada tentativa de definição só faz sentido quando se considera a interessante constatação de David Graeber (2010, p. 1) de que não há uma definição conclusiva para ideia de dádiva. Para esse autor

Por toda a vasta literatura sobre a dádiva o conceito é surpreendentemente subteorizado. Isto porque todos assumem que há algo chamado a dádiva, todas essas transações que não envolvem pagamento ou a promessa de pagamento são essa coisa. Se visto com uma questão de generosidade, ausência de cálculo e criação de relações sociais ou a recusa de distinção entre generosidade e auto interesse, a possibilidade de que “dádivas” operem de acordo com diferentes lógicas transacionais é geralmente esquecida. (Tradução livre)

Longe de representar qualquer limitação teórica, esse autor chama atenção para as possibilidades compreensivas que as operações da troca de dádivas oferecem à análise das relações sociais sob as mais diferentes lógicas transacionais, mesmo naquelas mais monetarizadas. Algo que não é evidente à medida que deve ser considerado o papel do dinheiro nas sociedades modernas, como um mediador objetivo das relações entre seres humanos e objetos, limitando o âmbito da produção e restituição das obrigações simbólicas por valores pecuniários exatos (SIMMEL, 2013).

A argumentação de Graeber aponta que a importância da dimensão social e moral da economia é um substrato presente em todas as sociedades humanas, e busca demonstrá-la na análise do fenômeno da dívida como resultante da reciprocidade. As trocas, de dádivas ou econômicas, produzem obrigações recíprocas entre sujeitos que reconhecem entre si alguma igualdade, desestabilizada em razão de uma dívida que gera uma distinção hierárquica entre o doador e o devedor e precisa ser honrada. A força dessa relação não se limita a esfera da economia, de acordo com aquele autor, as concepções religiosas do mundo estão construídas sobre uma relação, inescapável, de dívida das pessoas para com a divindade.

A razão social de dívidas e dádivas é estabelecer e manter as relações de obrigações morais entre os sujeitos, assim, não devem ser extintas (quitadas), mas sempre renovadas. Essa necessidade, para Graeber (2015), está inscrita, sutilmente, em expressões cotidianas de etiqueta e boa educação das sociedades ocidentais como *por favor*, que geralmente acompanha as solicitações entre pessoas, e *obrigado*, que também indicam que as interações cotidianas seriam formas de multiplicar essas relações. Abordar questões relacionadas à ideia de dívida, sob a perspectiva dos autores mencionados, na conjuntura do presente, em que a palavra dívida, seguida de variados adjetivos: interna,

pública, externa, etc, está na ordem do dia como o problema a ser resolvido no mundo ocidental, pode aparentar uma certa extravagância. Porém, espero que essa discussão possa provocar, em curiosidades anestesiadas pelos indiscutíveis receituários de austeridade e autocontrole, algum estranhamento sobre as razões e formas desse fenômeno cultural sobre o qual se ergue o complexo mundo das transações financeiras que de tempos em tempos assombra a vida social.

## II. O crédito no mercado: o *tabu* do *fiado*

Ao me aproximar do campo intencionava observar o fiado, e esperava encontrá-lo como forma de crédito não oficial oferecido a alguns clientes como ato generoso confirmador de uma relação de confiança, seguindo Graeber (op. cit., pag. 97) quando afirma que “o crédito baseia-se na confiança, e nos mercados competitivos a própria confiança se torna uma mercadoria rara”. Todavia, o que constatei é que o fiado se configura em uma instituição objetivada de caráter temerário e pejorativo. “Fregueses antigos não falam fiado!”, afirmou enfaticamente um interlocutor do setor de mercearia quando perguntei sobre essa prática, enquanto entre os vendedores de farinha encontrei discursos evasivos que enfatizavam a inconveniência do assunto e dessa modalidade de crédito: “o fiado tem sempre o risco da *canelada*” (inadimplência). No setor de camarão da feira da 25 de Setembro, em outubro de 2015, encontrei a manifestação mais ostensiva contra o fiado na Figura 1, a seguir.

**Figura 1:** Placa “Não vendo Fiado”, setor de camarão



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Se por um lado o fiado, como instituição objetivada e reconhecida se mostrou como tabu, o fiado não distingue o bom freguês, pelo contrário, o consumidor valorizado é aquele que se afasta do risco da inadimplência. Observei outros dados etnográficos que indicam a existências de mecanismos de adiantamento de mercadorias naquela feira, porém, resguardados por regras de acesso muito específicas: não identificação da transação por uma nomenclatura particular, oferta gentil e desinteressada dos bens, pelo feirante ao cliente valorizado (aquele com quem se quer manter algum tipo de vínculo) frente a sua impossibilidade eventual de apresentar imediatamente a contraprestação correspondente, e a interdição do pedido de crédito do consumidor ao feirante, crédito é oferecido, não deve ser pedido.

O fiado como instituição apaga o vínculo que uma relação entre atores sociais particulares estabelece, pois é reconhecido e tomado por diversas pessoas em transações de diferentes mercadorias. O que a observação revelou foi a impossibilidade de um ato generoso que não opere a distinção entre sujeitos, que não se limita na diferenciação do tempo para o pagamento (ação generosa), mas também nas características (valor reconhecido) do objeto vendido.

Durante o trabalho de campo foi possível, também, observar a circulação de alguns presentes oferecidos a pessoas particulares e a cerimônia que esse ato envolve, além da importância atribuída a mercadoria oferecida, indicando que o valor econômico do objeto não é uma propriedade inerente, mas o resultado de um julgamento dos sujeitos sobre ele. Dessa forma, não é possível descrever adequadamente as formas diferentes de circulação de bens, e as relações sociais que as envolvem, sem levar em conta a política de valor (APPADURAI, 2008) que compreende a escolha e a preparação das mercadorias. Se entre os Maori o espírito do doador acompanha a coisa dada na feira da 25 de Setembro são os sentidos do corpo (paladar, tato, visão, olfato) de quem presenteia que seguem junto ao regalo. Assim, entendo que em Mauss há um prenúncio de antropologia simétrica.

### III. Trocas de obrigações: o modelo do regime de aviamento

As pesquisas sobre os vínculos entre relações sociais e formas econômicas<sup>9</sup> na Amazônia que abordaram o regime de aviamento e a patronagem apresentam

---

<sup>9</sup> Polanyi (2000) ao tratar da origem da nossa época, caracterizada por uma economia capitalista de mercado o que implica um sistema autorregulado de mercados, procura demonstrar de forma abrangente como as

resultados nos quais é possível observar a articulação entre dívidas-obrigações-dádivas na produção dos sentidos morais da vida.

Nesse sentido, encontrei elementos para ampliar a problematização do fenômeno que observo nos trabalhos de Alves (1993), Aramburu (1994) e McGrath (1999) acerca do regime de aviamento na Amazônia, uma forma de circulação econômica estabelecida e dependente de práticas sociais e culturais, produtora de vínculos pessoais e morais entre seus participantes. Em síntese é possível apontar que o aviamento, como prática social, consiste no adiantamento, pelo aviador ou patrão, de mercadorias (bens de consumo e instrumentos de trabalho) a crédito, ao aviado ou cliente, que restituirá os valores recebidos com produtos regionais agrícolas e extrativistas (seringa, juta, pescado, madeira, palmito, castanha, entre outros).

De origem colonial, com apogeu durante os ciclos da borracha, e declínio na segunda metade do Século XX, o aviamento, como modelo de circulação econômica, a despeito de aparentar uma forma de escambo, era dependente da economia monetária e do sistema bancário oficial para financiar sua operacionalização, ao mesmo tempo em que era o principal regulador das relações sociais na região (WAGLEY, 1988) e um sistema de crédito que se mostrou mais eficiente do que o estabelecido pelo sistema financeiro oficial.

Para a existência dessa forma econômica não basta a circulação de valores econômicos, é necessário também o acúmulo de valores simbólicos, morais e pessoais entre patrão e cliente. Os autores mencionados apresentam o mesmo cuidado de não reificar o aviamento tratando-o como lógica econômica arcaica com baixa monetarização e exploração das populações regionais, mas buscam indicar os elementos concretos de seu funcionamento nos vínculos produzidos entre os atores da relação patrão/cliente, sem por outro lado, ceder ao romantismo de um comércio desinteressado baseado apenas no reconhecimento de dívidas morais. Pontuarei, sumariamente, as ideias apresentadas por esses autores que colaboram com a construção da abordagem desta pesquisa.

O geógrafo David McGrath (1999) ao estudar o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional aponta como aquele sistema econômico, da mesma forma que o aviamento, está fundado em uma concepção de dívida e, sobretudo, na moralidade particular que a mesma engendra. Esse autor, mesmo sem pretender oferecer diretamente uma explicação etnográfica das relações comerciais de origem colonial, ao descrever

---

relações econômicas estão submersas em relações sociais. O que limita o alcance do axioma da regulação econômica exclusivamente pelos preços de mercado.



aquele sistema evidencia como a dívida de longo prazo (o que indica a importância do tempo) produzia vínculos sociais e morais entre os atores sociais da produção e comercialização de mercadorias, em meio a um processo produtivo que escapava à lógica do tempo-socialmente-necessário, pois que remunerava não o lapso temporal despendido pelo caboclo, mas a quantidade de mercadoria que conseguia coletar.

O fundamento sociológico que o autor descreve, e que usa para explicar a associação de parte das populações tradicionais aos regatões em oposição a política governamental que procurava dar fim a sua atuação econômica no século XIX, demonstra como a fidelidade e a reciprocidade resultantes das dívidas sem fim contraídas naquele regime comercial e que não podia implicar a destruição do devedor, operavam como um elemento de coesão social e de aliança que se estende para além da economia.

A perspectiva apresentada por Aramburu (1994) tem o mérito de fornecer recursos para compreensão ampliada da imbricação existente entre visões de mundo e práticas econômicas na região. Estudando em municípios do Arquipélago do Marajó no Estado do Pará, demonstrou como a troca de valores entre patrão e freguês produzia um conjunto de obrigações morais, que se tornavam relações de poder, através das quais necessidades objetivas eram supridas fora do cálculo estritamente monetário. Esse autor chega a afirmar que

A relação entre comerciante e freguês é uma relação social central na vida do interior amazônico, pois não só possibilita a existência de produção mercantil mas constitui relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe prescrições morais e ajudas aos fregueses em caso de perigo (doenças, carestias, etc.) em troca de uma relação comercial monopolista. (ARAMBURU, op. cit., pag. 2)

Na análise desse autor as relações entre patrões e clientes, francamente assimétricas, encontram um equilíbrio simbólico no atendimento das obrigações correspondentes a cada pessoa no sistema. Assim, é possível encontrar fidelidade e reciprocidade na base do regime de aviamento, considerando que suas trocas não eram imediatas e dependiam da prova de lapsos temporais e intensidades produtivas distintas para sua manutenção. Razão pela qual os laços de fidelidade patronal necessitam de práticas de distribuição (realização de festas, assistências em situações de necessidade) que constituiriam a dimensão moral do sistema, pois, não é ignorado que o comerciante acumula mais riquezas que o produtor, porém, em momentos de vulnerabilidade do cliente a riqueza do patrão viabilizaria seu socorro. Dessa forma, é possível afirmar que a relação de crédito entre aviador e freguês não é apenas de natureza comercial ou pecuniária, é também, e principalmente, uma relação moral que ganha corpo em

momentos particulares quando, fora da relação econômica, o primeiro é convocado a honrar suas obrigações em relação ao segundo. Nessas situações o crédito não produz apenas dívidas, mas, principalmente, obrigações<sup>10</sup>.

A produção da obrigação moral pelo crédito econômico, do vínculo social pela atividade comercial, que se objetiva em formas distintivas de interação, é o elemento da análise daquele autor, coincidente com a de Alves (1993), que dirigiu sua atenção aos aspectos socioculturais do aviamento, como as relações rituais de parentesco (compadrio) que contribuíram para a configuração dos mecanismos de patronagem no interior da Amazônia.

Para esse autor, que realizou trabalho de campo na cidade de Santarém/Pa em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, a relação (assimétrica e hierárquica) padrão-cliente permeia diferentes domínios da vida social na região e o aviamento é uma expressão dessa forma cultural que opera vinculada a outros mecanismos institucionais. As posições estratégicas que os agentes sociais ocupam nessa rede de relações dependem de sua capacidade de distribuir o crédito, elemento simbólico e econômico gerador das obrigações morais e da dívida material, estabelecendo a mediação entre uma economia tradicional e as relações propriamente capitalistas. Desse tipo de financiamento se desdobra um conjunto particular de compromissos (direitos e deveres) recíprocos entre as pessoas envolvidas.

O autor enfatiza as distinções que os sujeitos que entrevistou apontaram sobre contrair uma dívida junto a um patrão e dever a um estabelecimento bancário, acentuando que a impessoalidade do sistema financeiro oficial em relação ao sistema tradicional expressa, aos nativos que observou, a existência de dois sistemas jurídicos-legais diversos, um marcado por normas documentais, credor exclusivo de valores pecuniários, e outro por valores morais, tributário de lealdade e reciprocidade pessoais. O autor argumenta que

nos deparamos com uma noção de dívida muito diferenciada. Dever num sistema de relações personalizadas é, em certo sentido, um 'não dever', dada a expectativa de reciprocidade envolvida: há uma dívida moral que é semelhante àquela que relaciona o devoto e o santo. (ALVES, op. cit. p. 29)

A diferença entre os sistemas reside na percepção dos valores que organizam a posição social dos envolvidos, o aviador não é apenas um financiador de quem se tomou

---

<sup>10</sup> Não é possível ignorar que os elementos culturais presentes no aviamento envolvem uma relação econômica de semi servidão com consequências para a modernização das relações políticas e consolidação dos direitos de cidadania, porém, sua análise escapa ao âmbito deste trabalho.

um empréstimo, mas um sujeito que também atua como mediador<sup>11</sup> capaz de proporcionar socorro em momentos de necessidades aqueles a quem está ligado. Obrigação e dívida têm significados diferentes, ainda que apareçam resultante do mesmo motivo, o crédito.

A análise de Alves aponta para uma lógica do compromisso que, como princípio estrutural, atravessa diferentes domínios da vida social amazônica e se manifesta em diversas situações e relações interpessoais, a partir das quais as práticas sociais são elaboradas e atualizadas. Partindo dessa ideia esse autor enfatiza a relevância dos aspectos sociais e simbólicos presentes nas relações econômicas, retomando a interpretação de Polanyi (2000), acerca do interesse humano em resguardar sua situação e patrimônio social como razão da ação econômica.

A lógica do compromisso e a relevância dos vínculos sociais subjacentes às práticas econômicas, elementos não restritos as economias ditas tradicionais, são ferramentas interessantes para a compreensão do trabalho nas feiras livres na medida em que favorecem a percepção da interseção entre as dimensões simbólicas e monetárias que operacionalizam as relações entre os atores sociais desse espaço, como tentarei apontar.

#### IV. Algumas palavras sobre a feira da 25 de Setembro

As feiras livres são administradas em Belém pela SECON, de acordo com o Decreto Municipal Nº 26.580/1994. A feira da 25 de Setembro é uma das mais densas da cidade e ocupa dois quarteirões no canteiro central da Av. Romulo Maiorana<sup>12</sup> nos limites dos bairros de São Brás e Marco. Começa no cruzamento daquela Av. com a Trav. Jutai, **Imagem 2**, e se estende até a Trav. Antônio Baena, cruzando a Trav. das Mercês.

**Imagem 2:** Vista do início da feira da 25 de Setembro no cruzamento da esquina da Av. Rômulo Maiorana com a Trav. Jutai.



<sup>11</sup> É importante considerar que a fragilidade dos serviços públicos no interior do Estado favorece as ações privadas de assistência a necessidades eventuais de atendimento médico, deslocamento, entre outros.

<sup>12</sup> Este logradouro era denominado 25 de Setembro até 2010, quando o poder público municipal alterou o nome. A designação da feira faz menção ao nome antigo da via e não sofreu alteração.

Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Seu telhado de duas águas coberto por telhas de alumínio pintada, é sustentado por pilares de concreto armado, pintados na cor laranja, e abriga 321 permissionários que ocupam 420 equipamentos distribuídos em 11 setores distintos segundo o tipo de mercadoria vendida<sup>13</sup>. Sua estrutura física, linear e paralela às pistas de rolagem, é padronizada e os equipamentos de cada setor repetem forma, proporção e cor, o que produz espaços de circulação internos simétricos e retilíneos em sua toda a extensão. Os canteiros dos equipamentos são cercados por vagas para estacionamento que, nos dias de movimento mais intenso na feira (entre quarta-feira e sábado), fazem transbordar sua agitação para as ruas circundantes em um vai e vem de fregueses motorizados que recebem mercadorias no carro<sup>14</sup>, ou tomam lugar no meio fio para uma incursão menos apressada entre os cheiros, cores e sabores dos boxes. A **Figura 3** mostra o movimento de veículos no entorno da feira durante a manhã de sábado.

**Figura 3:** Entorno da feira da 25 de Setembro sábado pela manhã



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

A feira da 25 de Setembro é um mercado de bens preciosos. Sob e ao redor de sua estrutura física toma lugar um incansável varejo de mercadorias originárias, geralmente, da pequena produção agrícola e extrativista dos municípios do interior do estado do Pará. Sobretudo produtos alimentícios que apresentam valor comercial elevado e circulam a partir daquele espaço. Cidadinos de vários bairros convergem à ela em busca

<sup>13</sup> Essas informações foram levantadas junto a um dos fiscais da SECON na feira da 25 de Setembro, que aceitou ser interlocutor da pesquisa Mercados Interculturais ainda no segundo semestre de 2014.

<sup>14</sup> Essa é uma modalidade de atendimento importante para os setores de farinha de mandioca e peixe fresco. Ao trabalhar no box de farinha, localizado em uma das extremidades da feira, recebi a tarefa de observar o movimento dos veículos que passavam em frente ao equipamento e, ao menor olhar em direção a feira, chamar atenção de seus condutores ou passageiro erguendo em sua direção os pequenos pacotes brancos de goma de tapioca, que ao menor aceno, eram rapidamente entregues pela janela do carro. Esse mecanismo eficiente de “chamar clientes” é utilizado por todos os vendedores de farinha que estão próximos às pistas que cercam a feira.

das iguarias produzidas em cidades do interior por agricultores familiares ou pequenos pescadores, em cada caso, segundo o ritmo dos ciclos agrícolas e de extração regionais. Para fazer circular esses bens são necessárias mais do que apenas habilidades comerciais, é preciso paladar, olfato, tato e visão treinados o suficiente para reconhecer e atribuir valor às características daqueles alimentos e, dessa forma, influenciar a formação dos gostos na cidade.

#### V. Formas de circulação do pirarucu

A partir da observação participante foi possível distinguir três formas de circulação que compreendem: a venda (objeto-mercadoria), com pagamento a vista ou a crédito; o presente (objeto-dádiva); e, a caridade (objeto-dádiva). As descrições que apresentarei neste projeto são as relativas, principalmente, ao comércio do pirarucu e piracuí, uma vez que a produção dessa informação para o comércio de farinha de mandioca ainda não foi concluída.

As maneiras de circulação dos bens são operadas segundo condições específicas de identificação e hierarquia entre sujeitos que pode ser percebida na classificação e separação da mercadoria de acordo com os seus respectivos destinatários. Proponho a sumarização, a seguir, dos elementos observados em cada caso, enfatizando a ligação entre ação e objeto:

No comércio de pirarucu<sup>15</sup> a cada parte do peixe é atribuído valores, lugares de exposição, formas de embalagem e pagamento específicos, da mesma forma, são oferecidos para consumidores determinados. Apresento a seguir algumas dessas características<sup>16</sup>, seguindo a ordem crescente dos preços de comercialização:

---

<sup>15</sup> A aquisição de pirarucu salgado junto aos fornecedores dos municípios do interior do estado ocorre segundo regras próprias. Não é possível, neste momento, descrever completamente essa prática que envolve confiança, regularidade, crédito mútuo e uma interdição às cobranças explícitas. Esse âmbito da circulação se dá em meio a transações bancárias semanais, um rigoroso controle contábil de ativos e crédito, além de observações de formalizações burocráticas junto a órgãos fiscalizadores.

Os mercadores de pirarucu recebem essa mercadoria de diferentes fornecedores que operam com formas e ritmos próprios de recebimento, porém, há o predomínio do adiantamento de mercadoria paga após sua comercialização no varejo. O que foi denominado por um interlocutor de pagamento “no apuro”.

<sup>16</sup> Durante a observação foi possível identificar a existência de um tabu da cobrança direta e ostensiva entre os feirantes, não relacionado exclusivamente a comercialização de suas mercadorias. Empréstimos momentâneos de numerário a um mercador vizinho, aguardam a restituição voluntária, ainda que isso signifique atrasar encerramento das atividades ou impeça o depósito imediato a um fornecedor. Por outro lado, credores de cosméticos ou refeições vendidas aos feirantes devem aguardar a manifestações de seus devedores para receber, sob pena de perder esses consumidores caso os exponham ao constrangimento da cobrança pública.

- a) Pontas de pirarucu; variam entre R\$10,00/kg e R\$12,00/kg; podem ser descritos como um conjunto variado de pedaços irregulares, de cor escurecida, com cheiro intenso, com ossos, partes de nadadeiras e caudas. Sua comercialização só foi observada aos sábados e atende principalmente colonos<sup>17</sup> e cozinheiras da feira, que não observei adquirirem outros cortes do peixe. As pontas são colocadas sob o balcão da loja apenas no dia de sua comercialização e não são oferecidos a outros consumidores. Durante a semana são mantidas em um balde plástico no interior do equipamento. Os consumidores escolhem diretamente os pedaços que comprarão e os empilham sobre a balança do equipamento até alcançar o peso desejado. Essas porções de pirarucu são entregues aos consumidores dentro de sacolas plásticas brancas de 5kg. O pagamento é realizado imediatamente ao recebimento da mercadoria ou antecipadamente, na chegada dos colonos à feira, com a retirada da mercadoria no final da manhã. A **Figura 4**, a seguir mostra as pontas de pirarucu.

**Figura 4:** Pontas de pirarucu



Fonte: Trabalho de campo, 2016

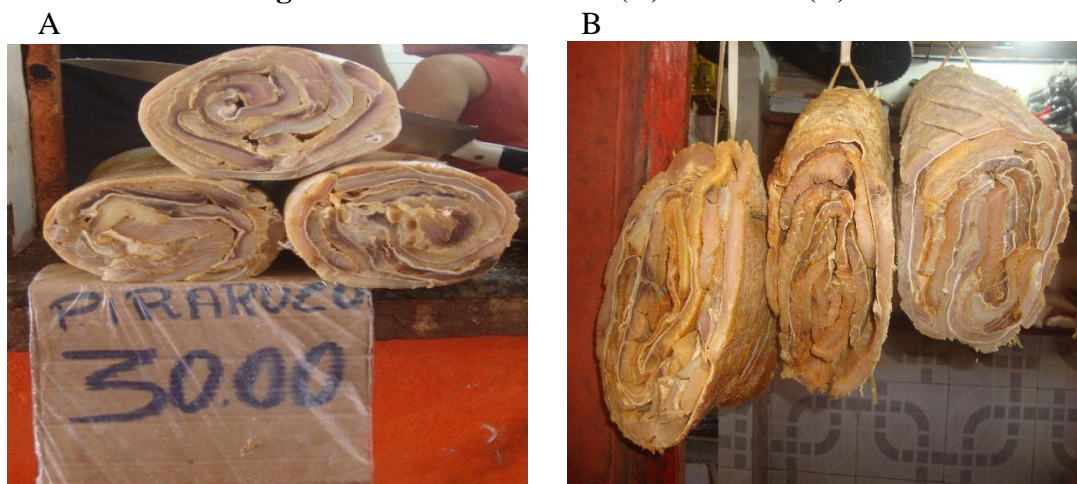
- b) Pirarucu enrolado: R\$30,00/kg. Círculo acidentado formado por pedaços regulares, porém curtos e estreitos, da manta do pirarucu. Esta é amarrada e envolta com plástico filme P.V.C. Apresenta rendimento superior ao das pontas, porém, não é sujeito à “limpeza” (retirada de partes escuras fragmentos de ossos) que os cortes da manta recebem. Geralmente, é consumido desfiado, na preparação de bolinhos ou fritos. É o primeiro corte/preço apresentado aos clientes que perguntam o valor do peixe, da mesma forma é a única parte do pirarucu que é exposto junto com seu valor no balcão da loja. É um corte frequente entre as casas de pirarucu, porém, observei

---

<sup>17</sup> Pequenos produtores rurais de municípios do interior do estado que semanalmente vem até a feira para a venda de suas mercadorias: farinha de mandioca, frutas regionais, mel de abelhas, mandioca, macaxeira. Observei que a feira da 25 de Setembro se dirigem, sobretudo, colonos dos municípios de São Miguel do Guamá, Castanhal e Nova Timboteua, do Nordeste Paraense.

interlocutor que afirma não utilizar essa técnica em razão da baixa qualidade da mercadoria utilizada para sua confecção. O corte, para pesagem, é frontal e preciso, e forma pequenos cilindros, eventualmente abertos, a pedido dos compradores, no momento da pesagem. Tem intensa comercialização, vendido, principalmente, a fregueses não frequentes com pagamento imediato ao recebimento da mercadoria. É embalado em folhas de papel de embrulho e folhas de jornal e entregue ao consumidor em sacolas plásticas brancas de 3kg ou 5kg dependendo da quantidade comprada. Identifiquei uma variação desse tipo de corte, denominado “dobrado”, porém com as mesmas características, mais valor superior R\$35,00. A **Figura 5**, a seguir, apresenta duas fotografias do pirarucu enrolado (A) e (B) e uma de sua variação, dobrado (C). Todos observados no setor de mercearia da feira da 25 de Setembro.

**Figura 5:** Pirarucu enrolado (A) e dobrado (B)



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

- c) Cortes de manta de pirarucu: variam entre R\$35,00 e R\$38,00/kg. Segundo os interlocutores um pirarucu inteiro, após salgado e pronto para a comercialização, é dividido ao meio formando duas mantas vendidas individualmente, com três regiões: lombo ou dorso, caracterizado por ser mais carnosa e não apresentar pele, ossos ou espinha, quando retirada da manta é o filé do peixe; ventre ou barriga, identificada como “a parte gorda do peixe”; e a área em que é encontrada pele sob a uma região carnosa. É utilizado em diferentes pratos de pirarucu. Observei mantas que chegavam a 1,46m de altura, antes do corte, e 0,74m de largura, entre as extremidades mais afastadas. A espessura da carne que verifiquei em campo variava entre 1cm e 2cm. São o principal elemento da exposição dessa mercadoria penduradas por ganchos em

barras metálicas nos vãos abertos das lojas, que são tomados por esses pedaços de peixe. Seu corte é retilíneo em sentido oeste-leste formando um faixa retangular a partir da região do pescoço, mais baixa e larga, em direção a cauda. Deve apresentar odor suave e coloração em tons de amarelo, dourado e salmão, no momento da pesagem é “limpo” de partes escuras e fragmentos de ossos. É requerido por fregueses conhecidos e usuais que demonstram, inclusive, alguma habilidade em reconhecer as características do peixe. É vendido diretamente na feira ou entregue a domicílio atendendo a pedidos feitos por telefone, com pagamentos imediatos ao recebimento da mercadoria ou realizado em prazos de até uma semana, para compradores regulares, que inclui donos de restaurantes da cidade. Também é vendido para restaurantes de outros estados, como Brasília e São Paulo, com pagamento recebido entre 15 dias e um mês do envio. Sua embalagem é feita com papel de embrulho, folhas de jornais e, eventualmente, plástico filme PVC, antes de ser entregue em sacos plásticos brancos de 3kg ou 5kg. É comum lançar pó de café na sacola para inibir o cheiro do peixe. A **Figura 6**, a seguir, apresenta as mantas de pirarucu em exposição em duas lojas no setor de mercearia.

**Figura 6:** Mantas de pirarucu expostas em lojas do setor de mercearia – feira da 25 de Setembro



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

- d) Lombo ou dorso. R\$60,00/kg. Região carnosa do peixe livre de espinhas, pele e ossos, retirado em toda sua extensão de uma vez em corte vertical da manta onde se encontra (“tirar o filé”). Deve apresentar coloração salmão ou amarelada e odor suave. É o corte de pirarucu que circula com menos frequência. No momento da pesagem é retirado as partes escuras da carne. Atende, principalmente, fregueses



antigos e regulares. Não é exposto e é mais solicitado do que oferecido. Vendido diretamente na feira ou entregue a domicílio seu pagamento é imediato ao recebimento da mercadoria, para a maioria dos compradores, ou realizado até cinco dias após a compra, em caso de consumidores antigos, conhecidos e regulares. Em razão de não permanecer exposto e ser manipulado com menor frequência ainda não foi possível produzir um registro fotográfico deste corte.

As diferentes formas de circulação indicam uma hierarquia no consumo que influencia o reconhecimento do valor que cada parte dessa mercadoria tem no mercado regional. Porém, a circulação dessa mercadoria não se encerra no comércio, é também um presente valioso que revela grande consideração daquele que oferta para quem o recebe. Sobre isso é importante mencionar que não é incomum ouvir dos compradores de pirarucu que o peixe adquirido é um presente a alguém estimado que ser que impressionar. Assim também é com os presentes que partem dos mercadores.

Há de se ter em conta que só observei a circulação de presentes e tive oportunidade de travar breves diálogos sobre esse tema, depois de, aproximadamente, quatro semanas de atividade diárias na feira com duas interlocutoras em uma loja. Tratar de mercadorias (objetos com valores medidos por preço) como presente em uma praça de comércio não é comum, é um fenômeno a que se tem acesso pela observado e não pela representação imediata que os atores fazem dele<sup>18</sup>.

Observei a circulação como um presente em dois momentos específicos os feriados da Semana Santa, final do mês de março, e o Dia das Mães, início do mês de maio, e é a partir dessas experiências que apontarei suas principais características.

O feriado católico da Semana Santa é um dos momentos de intensificação do consumo de pescado em razão da tradição religiosa vedar a carne bovina no domingo de Páscoa. Há uma grande expectativa dos mercadores de pirarucu em relação ao movimento de venda nesse período o que os leva a contratar ajudantes para os dois dias que antecedem a Sexta-Feira Santa. Na loja onde estava trabalhando a ansiedade do feriado se somava à expectativa da chegada (na quarta-feira 23/03) da mercadoria vinda do município de Prainha, na micro região baixo amazonas, no Navio Rodrigues Alves, embarcação tradicional no trânsito dos produtos daquela região para a Capital, e a ameaça de fiscalização da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

---

<sup>18</sup> Semelhante ao que acontece no caso do crédito. Ao perguntar sobre o fiado no início da observação, a uma interlocutora, recebi como resposta: “fiado...., fiado... não tem, mas tem algumas pessoas que levam pra pagar depois, mas não é fiado”.

(ADEPARA) que atenderia uma denúncia de tráfico de animais silvestres vindo naquele barco. Essa ação implicava o risco da apreensão da mercadoria esperada para o comércio naquele feriado, ou seja, risco era perder a mercadoria e não conseguir trabalhar em um dos melhores períodos de venda do ano. Frente a um tal perigo amigos dos feirantes em órgãos de fiscalização foram contactados para prestar eventual socorro em caso de necessidade de mediação junto a instituições do Estado. Por outro lado, a lista de valiosos pedidos acumulados ainda na terça-feira aumentava a necessidade de recebimento daquela mercadoria, que chegou sem alarde ou maiores dificuldades no meio da manhã daquela quarta-feira, a partir do que desencadeou uma intensa atividade de corte, pesagem e embrulhos na loja que se estendeu até o meio da tarde. Ocasão em que tive oportunidade de realizar algumas entregas em bairros próximos da feira e observar que apenas o pacote, nada pequeno, destinado a um funcionário de uma autarquia do governo, não foi pago imediatamente. No dia seguinte ao informar o êxito das entregas, compreendi que no órgão ambiental não havia deixado uma encomenda, mas sim um presente.

Não é qualquer corte de pirarucu que serve como presente, não se oferece pontas ou enrolado a quem se quer impressionar. Ao seu amigo de horas difíceis no governo, minha interlocutora enviou “um dos melhores pedaços de filé”, pois seu destinatário “só come pirarucu nessas épocas” (de feriado) porque o recebe como generoso e, agradecido, presente. O regalo não é pedido, nem tampouco, é recebido com algum tipo de constrangimento. Não observei qualquer lamento em sua oferta e sim a satisfação pelo feito. Dessa observação destaco então as primeiras características dos presentes: oferta generosa e voluntária, não provocada por pedido ou por algum favor imediato; ocorre em momentos especiais (festas e feriados); seleção de corte de peixe valioso e em quantidade considerável; aceite agradecido de quem recebe.

Esse não foi único presente da Semana Santa de 2016. Na quinta-feira (24), pode perceber um aumento do número de agentes do poder público municipal na feira, figuras que antes e depois daquele período ainda não voltei a ver na 25 de Setembro. Após um deles ser apresentado, de forma protocolar, a minha interlocutora pelo administrador da feira, com manteve um breve diálogo, que durou o tempo necessário para que um pedaço de aproximadamente 1kg de pirarucu em manta lhe fosse entregue. Ao receber o embrulho e insinuar seu pagamento foi-lhe declarado o presente com as insistências formais que o aceitasse. Outros dois funcionários do órgão municipal de economia receberam semelhantes regalias para aquele feriado, que sem a gravidade do dia anterior, também procurou demonstrar generosidade e gratidão de sua ofertante. Por fim, uma

feirante de outro setor também se aproximou de uma maneira fora do habitual da loja de pirarucu, o que indica a regularidade dessas dádivas em momentos particulares, corroborando as características anteriormente mencionadas.

A última forma de circulação que observei e que ajuda a compor o objeto da pesquisa é a caridade. Por caridade estou tratando o atendimento de pedidos diretos, apresentados por pessoas que circulam na feira, sob a justificativa de incapacidade material de aquisição daquela mercadoria. Essas esmolas, diferente dos presentes, não estão circunscritas a momentos de festas ou feriados, porém, também não diárias, tomam lugar, geralmente, aos sábados e são atendidas sem as preocupações que envolvem o comércio e as dádivas. Às pedintes, em sua maioria mulheres idosas, recebem algumas porções de pedaços de pirarucu, que não são pesados, em uma sacola plástica. Observei que os pedidos dirigidos por homens são sempre negados com veemência, sob fortes críticas aos feirantes que os atendem.

Dessa forma, aponto as seguintes características para caridade: atende aos pedidos de pessoas aparentemente impossibilitadas de adquiri-los; tem frequência semanal, geralmente aos sábados; são atendidos com corte de mais baixo valor, os pedaços irregulares, escurecidos e de cheiro intenso; pedidos por mulheres idosas.

## VI. À guisa de considerações finais

Procurei delinear neste trabalho o argumento que as formas de circulação de mercadorias e crédito nas feiras livres não dependem, apenas, dos vínculos sociais de reconhecimento e prestígio que podem produzir entre seus sujeitos, mas também da aquisição de sentidos (paladares) mais complexos e sensíveis as diferenças do mundo sensorial em decorrência da interação com objetos materiais capazes de afetar as capacidades perceptivas (LATOURETTE, 2008). As classificações de mercadorias, valores e pessoas que venho observando na feira da 25 de Setembro apontam para essa dimensão que articula sujeitos e objetos na constituição de uma realidade complexa.

Consciente das limitações conceituais desta apresentação espero ter provocado algum interesse para o debate sobre feiras livres a partir das relações possíveis entre a constituição dos sentidos de seus mercadores e suas diferentes práticas econômicas.

### Referências bibliográficas

- ALVES, Isidoro. *Promessa é dívida*. Tese de Doutorado; Museu Nacional/UFRJ: Rio de Janeiro. 1993.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. Niterói: EdUFF, 2008.
- ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n. 25, junho 1994.
- BELÉM. Decreto Municipal Nº 26.579 de 14 de Abril de 1994.
- BORGES, Marcos. *Do porto à mesa. Etnografia dos fluxos de comercialização, circulação e consumo de açaí no bairro do Jurunas-Belém/Pa*. Dissertação de Mestrado, PPGCS-UFPA: Belém. 2013.
- GRAEBER, David. *On the Moral Grounds of Economic Relations: A Maussian Approach*. Open Anthropology Cooperative Press, Working Papers Series #6. Disponível em [www.openanthcoop.net/press](http://www.openanthcoop.net/press). 2010, acessado em 06/07/1015.
- \_\_\_\_\_. **Dívida**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- LATOURET, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. e ROQUE, R. **Objectos Impuros: experiências em estudos sobre a cultura**. Porto: Afrontamento, 2008
- LEACH, Edmund. **A diversidade da antropologia**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- LEITÃO, Wilma (org.) **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém**. Belém: NAEA, 2010.
- \_\_\_\_\_. (org.) **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém Volume II**. Belém: Paka-Tatu, 2016.
- MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 (págs. 185 – 294)
- MCGRATH, David. *Parceiros no crime. O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional*. Belém. *Novos Cadernos Naea*, vol. 2, nº 2, dezembro 1999
- MEDEIROS, Jorge. **As feiras livres em Belém (PA)**. Dissertação de Mestrado, PPGGEO-UFPA: Belém. 2010.
- REY, Alain. *Le Robert micro*. Dictionnaire de la langue française. Paris: Le Robert; 2006.
- RODRIGUES, Carmem et ali. **Mercados populares em Belém: Produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano**. Belém: NAEA, 2014.
- SECON. **Anuário Estatístico do Município de Belém-2009: Ocupação em feiras e mercados**. Belém. SECON/DFMP: 2010.
- SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: BOTELHO, A. (Org.) **Sociologia essencial**. São Paulo: Pinguim-Companhia, 2013. Págs. 330 – 350.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: um estudo do homem nos trópicos**. Belo Horizonte; Itatiaia: 1988.
- WILM, Luciana. **Todo dia é feira: estudo sobre a circulação de bens e pessoas no comércio jurunense**. Dissertação de Mestrado, PPGCS-UFPA: Belém. 2012.